

Recomendações do 2º ciclo de Grupos de Trabalho

Brasília, 16 e 17 de maio de 2017.

CONSELHEIROS-RELATORES DOS GRUPOS DE TRABALHO

GT RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA COMERCIAL

Germano Rigotto

GT EMPREGABILIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Gilberto Peralta

GT SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

Luzia Laffite

GT INVESTIMENTO E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Marina Grossi

GT SAÚDE

Sônia Guimarães

GT RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA COMERCIAL

1. Considerando o impacto sobre a estrutura produtiva brasileira de regulamentações e acordos técnicos internacionais, que podem ter o efeito de barreiras não-tarifárias, coordenar a ação do governo e setor privado nas respectivas negociações e promover a formação de agentes públicos e privados, de forma a assegurar a participação efetiva do Brasil nessas negociações e nos fóruns especializados.
2. Concretizar celeremente o Acordo Mercosul-União Europeia, intensificar as negociações de acordos bilaterais e birregionais de comércio e buscar a inserção do país no Acordo Trans-Pacífico.
3. Fortalecer a prerrogativa da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX-MDIC) de recomendar a aplicação de medidas de defesa contra práticas comerciais desleais e predatórias, como o dumping.

GT EMPREGABILIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI

1. Incluir na composição e em comissões do Conselho Nacional de Educação (CNE) representantes do setor empresarial indicados por suas entidades representativas, com o objetivo de adequar a formação às necessidades do mercado de trabalho, estimulando a mesma prática nos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação (CEEs e CMEs).
2. Promover o desenvolvimento regional, a partir das vocações locais, atuando de forma integrada e subsidiária aos atores municipais e estaduais, a fim de dinamizar a economia local e de gerar empregos de qualidade, apoiando o aperfeiçoamento tecnológico da mão de obra para atender a demanda.
3. Priorizar a educação básica, por meio de dotação e gestão orçamentária eficientes, estabelecendo indicadores de qualidade, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e equiparar o desempenho do Brasil ao dos melhores sistemas educacionais do mundo.

GT SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

1. Criar uma comissão multidisciplinar de especialistas, vinculada à Presidência da República, para formulação de uma política nacional de segurança pública e cidadã, com definição dos papéis da União e dos entes federados, e incentivo à aplicação de penas alternativas para delitos de menor potencial ofensivo, incluindo as relacionadas às drogas, entre outras, a ser apresentada em até um ano.
2. Descontingenciar imediatamente o orçamento de segurança pública do Ministério da Justiça para investimento na prevenção, diminuição e investigação de crimes contra a vida, prioritariamente de grupos mais afetados pelas violências.
3. Integrar dados de sistemas públicos e privados de segurança, com otimização de registros e inteligência entre os estados e a União.

GT INVESTIMENTO E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

1. Reduzir gradualmente os direcionamentos obrigatórios de recursos, subsídios cruzados e exigibilidades compulsórias, aumentando a eficiência da intermediação financeira e adotando mecanismos transparentes para a execução de políticas públicas.
2. Ampliar a constituição e eletrônica de garantias e de outros registros públicos para promover maior segurança jurídica na intermediação financeira e efetivar o cadastro positivo.
3. Criar ou aperfeiçoar instrumentos de fomento, crédito, garantias e capitalização para inovação considerando, inclusive, as especificidades de ativos intangíveis e o acesso por parte de pequenas e médias empresas.

GT SAÚDE

1. Aprimorar e ampliar a Estratégia Saúde da Família, implantando sistema de monitoramento e avaliação, e estabelecer parcerias que possam complementar o atendimento (como ONGs, farmácias e clínicas populares).
2. Estabelecer indicadores de processo, resultado e impacto por meio de uma ampla base de dados integrada para melhoria da gestão de saúde e para tomada de decisões, de forma a otimizar os recursos disponíveis.
3. Integrar as informações de saúde provenientes das redes pública e privada a partir da criação de padrão de dados único e da implantação do prontuário eletrônico pelo SUS, a fim de atender a demanda com equidade.